



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº04/2024

Período: 24/02/2024 a 01/03/2024

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Periódico destacou reverência de Bolsonaro e Augusto Heleno a expoentes da Ditadura Militar
- 2- Militares teriam tentado convencer o Exército a participar do golpe por meio de uma carta
- 3- Presidente do Partido Liberal suspendeu salário de general Braga Netto
- 4- Colunista comentou a invocação da honra e dignidade por militares golpistas
- 5- Colunista salientou a importância de denunciar acordos militares com Israel
- 6- Especialistas debateram sobre os erros do governo Lula no relacionamento com as Forças Armadas
- 7- Após falas de Bolsonaro, Lei de Anistia foi lembrada
- 8 - Militares suspeitos de furtar armas do arsenal do Exército foram presos
- 9- Jornais repercutem críticas de entidades às declarações de Lula sobre golpe de 1964
- 10- PEC que visa barrar militares da ativa na política enfrenta resistência no Senado e nas Forças Armadas
- 11- Bolsonaro pediu anistia aos envolvidos no 8 de janeiro
- 12- Partidos e organizações de esquerda planejam manifestações para o aniversário do golpe militar de 1964

1- Periódico destacou reverência de Bolsonaro e Augusto Heleno a expoentes da Ditadura Militar

Em reportagem, o periódico *Correio Braziliense* destacou a reverência do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, e do general Augusto Heleno Ribeiro Pereira à Ditadura Militar (1964-1985), período caracterizado por “censura, fechamento do Congresso, tortura, morte e desaparecimento de opositores”. Durante seus 27 anos como deputado federal, Bolsonaro adornava a parede de seu gabinete com fotos de todos os presidentes do regime militar, de quem “orgulha-se, até hoje”. Em uma entrevista de 1999, ele chegou a sugerir que durante a ditadura “deveriam ter fuzilado cerca de 30 mil corruptos, começando pelo presidente Fernando Henrique”, à época no comando do país pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Ainda segundo o *Correio*, o general Augusto Heleno exibia em seu gabinete no Palácio do Planalto uma galeria de fotos de antigos dirigentes do Serviço Nacional de Informações (SNI), “braço fundamental da repressão no país”. O atual ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, que ocupou o gabinete de Heleno, revelou a existência dessa galeria em um vídeo, destacando o impacto negativo na

democracia. Por fim, o jornal ressaltou que, durante uma reunião de teor golpista em 5 de julho de 2022, o general Heleno propôs uma "virada de mesa" antes das eleições de outubro, diante da iminente vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. (Correio Braziliense - Política - 24/02/24)

2- Militares teriam tentado convencer o Exército a participar do golpe por meio de uma carta

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Polícia Federal (PF) detectou os nomes de dois militares que supostamente colaboraram na elaboração de uma carta redigida por oficiais da ativa, pressionando o comandante do Exército em 2022, general Marco Antônio Freire Gomes, a adotar uma postura radical em relação aos apelos por um golpe para manter Jair Bolsonaro (PL) na Presidência. Essa identificação dos militares foi realizada por meio da análise dos metadados do documento, que foi recebido pelo tenente-coronel Mauro Cid na noite de 28 de novembro de 2022, véspera da publicação do texto. O autor foi identificado pela PF como o coronel Giovani Pasini. "Alexandre Bitencourt" foi apontado como a última pessoa a modificar o documento, sendo identificado pelos investigadores como o coronel do Exército Alexandre Castilho Bitencourt da Silva. Ao ser procurado pela *Folha*, Pasini se recusou a comentar sobre a autoria do manifesto, afirmando: "Não quero falar sobre esse assunto", antes de encerrar a ligação. Pasini, formado na Academia Militar das Agulhas Negras em 1997, é oficial de artilharia. Colegas do coronel, sob condição de sigilo, indicaram ao periódico que ele passou a se dedicar ao ensino da língua portuguesa e, aos poucos, abandonou a trajetória tradicional da artilharia para se tornar professor em colégios militares e autor de livros. Em 2018, solicitou licença do Exército para concorrer a deputado estadual pelo partido Patriota no Rio Grande do Sul, mas não foi eleito. Posteriormente, optou por se aposentar, efetivamente passando para a reserva em fevereiro de 2023, após a divulgação da carta. A reportagem não conseguiu contatar Bitencourt. Em nota, o Exército informou que não poderia se pronunciar sobre o assunto devido ao inquérito estar em "segredo de Justiça". Acrescentou que as informações seriam fornecidas às autoridades competentes quando solicitadas. A *Folha* salientou que militares estão proibidos por leis e regulamentos de expressar opiniões coletivas, seja em relação a atos de superiores ou de caráter reivindicatório ou político. Na época da circulação da carta entre oficiais, o Alto Comando do Exército alertou os militares sobre possíveis consequências para aqueles que aderissem ao manifesto. Ainda segundo o jornal, a carta afirmava que os militares estavam "sempre prontos para cumprir suas missões constitucionais" e que os soldados priorizavam os objetivos nacionais, desconsiderando interesses pessoais. O documento circulou sem a identificação do autor, e o método de coleta de assinaturas não permite saber quantos oficiais da ativa subscreveram o texto. A reportagem destacou ainda que a participação em manifestações conjuntas é considerada infração e pode resultar em punição no Exército. (Folha de S. Paulo - Política - 24/02/24)

3- Presidente do Partido Liberal suspendeu salário de general Braga Netto

Em notícia publicada pelo periódico *Folha de S. Paulo*, Valdemar Costa Neto, presidente do Partido Liberal (PL), suspendeu os salários do general da reserva Walter Braga Netto e do coronel da reserva do Exército Marcelo Costa Câmara, em meio às investigações da Polícia Federal (PF) sobre uma suposta tentativa de golpe.

Braga Netto e Câmara, que ocupavam respectivamente os cargos de secretário nacional de relações institucionais do PL e de assessor, tiveram seus contratos suspensos devido a impedimentos na prestação de serviços decorrentes das investigações. O partido alegou seguir jurisprudência nesse sentido. O general da reserva permanece filiado ao partido, mas seu salário está suspenso. As restrições de comunicação impostas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) motivaram a decisão de Costa Neto. No dia 22/02/2024, a PF colheu depoimentos simultâneos, incluindo Braga Netto, Jair Bolsonaro, Costa Neto e Câmara. O general optou pelo silêncio, enquanto o presidente do PL falou por cerca de três horas. Câmara não depôs devido a problemas de agenda, mas sua defesa deseja uma nova data para seu testemunho. (Folha de S. Paulo - Política - 24/02/24)

4- Colunista comentou a invocação da honra e dignidade por militares golpistas

Em coluna opinativa ao periódico da *Folha de S. Paulo*, o romancista Bernardo Carvalho criticou a invocação da honra e da dignidade por parte de militares como um alibi para justificar seus comportamentos “irresponsáveis”. Referindo-se aos militares investigados pela Polícia Federal por participação em planos golpistas, orquestrados pelo ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, o autor ressaltou que o uso dessa invocação se transformou em uma recusa dos militares brasileiros em assumir a responsabilidade pelos seus próprios atos e consequências. Para o autor, a impunidade dos envolvidos nos “atos preparativos do golpe de Estado” abriria espaço para uma ameaça às bases que desenham a República brasileira e a consolidação de um contrato social livre de violência, uma vez que promoveria a irresponsabilidade como uma norma, desafiando os princípios de justiça e responsabilidades essenciais para a manutenção de uma sociedade democrática. Ao fazer um comparativo entre a Justiça Militar e a Justiça Civil, Carvalho ressaltou que a primeira só faria sentido se assumisse um maior rigor em seus julgamentos, apontando falhas e tornando públicos tais processos. Porém, a justiça militar no Brasil, segundo o romancista, se mostra como um “escudo de proteção” para os militares e seus erros, colocando-os em um patamar acima da “lei dos comuns.”. (Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 25/02/24)

5- Colunista salientou a importância de denunciar acordos militares com Israel

Em coluna opinativa à *Folha de S. Paulo*, Haidar Eid, professor associado de literatura pós-colonial e pós-moderna na Universidade al-Aqsa, em Gaza, demonstrou apoio às denúncias do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Cúpula da União Africana, em relação ao genocídio palestino promovido pelo governo de Israel. Em consonância à decisão condenatória da Corte Internacional de Justiça (CIJ) às “ações genocidas” de Israel, Haidar sinalizou como opção para o governo brasileiro a imposição de uma sanção a partir de uma denúncia aos acordos militares assinados com Israel pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Os acordos previam uma troca de conhecimentos e treinamentos conjuntos entre as Forças Armadas de ambos os países, “as mesmas Forças Armadas que estão cometendo genocídio em Gaza e impondo o apartheid contra o povo palestino”, nas palavras de Eid. O professor ainda relatou que o momento mais propício para denunciar esses acordos militares seria agora, uma vez que a continuidade dessa cooperação complicaria a posição do Brasil frente à decisão da CIJ. (Folha de S. Paulo - Opinião - 25/02/24)

6- Especialistas debateram sobre os erros do governo Lula no relacionamento com as Forças Armadas

Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, Lucas Pereira Rezende, professor de ciência política na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Conrado Hübner Mendes, professor de direito constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e colunista da *Folha*; e João Carlos Amoroso Botelho, professor de ciência política na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, discutiram sobre a expectativa geral de que o novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva trouxesse mudanças importantes à defesa e segurança. Segundo eles, os atentados à democracia no dia 08 de janeiro de 2023 propiciaram de forma única a chance ao novo governo de iniciar a subordinação do poder militar ao poder civil, através da punição dos militares envolvidos no escândalo. Entretanto, na avaliação dos acadêmicos, a chance teria sido desperdiçada ao colocar José Múcio como ministro da Defesa. A alocação de Múcio, filiado ao partido ARENA nos anos da Ditadura Militar (1964-1985), faz com que a revisão do artigo 142 da Constituição e a punição de militares envolvidos na Ditadura e no atentado de 08 de janeiro sejam ações difíceis, pois um ministro da Defesa próximo aos militares reflete a prática de conciliação dos governos petistas que prejudica as mudanças. Tal artigo é controverso em razão de interpretações equivocadas de um suposto poder moderador das Forças Armadas, mencionado inclusive por Jair Bolsonaro em falas golpistas. O artigo mencionou ainda que, na segurança pública, uma nova onda de ataques milicianos no Rio de Janeiro gerou um novo decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para que as Forças Armadas possam reforçar a fiscalização no estado e em São Paulo. A atitude de apenas reforço da fiscalização visaria não gerar possíveis denúncias que possam afetar o Exército, embora o decreto continue “cedendo poder e tarefas às Forças Armadas que não lhe são devidas”. Por fim, o mais danoso do relacionamento do governo Lula e os militares, segundo os professores, seria a sombra de um golpe que paira constantemente sobre a sociedade brasileira, possibilitando que os militares continuem impunes ou consigam um acordo especial. (*Folha de S. Paulo - Opinião - 26/02/24*)

7- Após falas de Bolsonaro, Lei de Anistia foi lembrada

A pedido do periódico *Correio Braziliense*, estudiosos e pesquisadores da Lei de Anistia e da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964- 1985) avaliaram o discurso do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (PL), proferido em 25/02/2024 na Avenida Paulista. Segundo a presidente da Comissão de Anistia, Eneá Stutz, o pedido de Bolsonaro pelo esquecimento e pela impunidade dos crimes ocorridos durante seu governo se assemelha à Lei 6.683/79, que concedeu anistia aos crimes cometidos durante a Ditadura no Brasil. Apesar da lei não ter impedido, ao longo do tempo, algumas ações, como o reconhecimento jurídico e pelo Estado de torturas e perseguições, confirmadas em julgamentos, o historiador Lucas Pedretti concordou com a comparação entre o discurso de Bolsonaro e o desfecho da Ditadura. Para ele, o ex-presidente valeu-se de uma saída histórica, as sucessivas anistias, em especial para militares, para proteger aliados que estão presos ou em risco de irem para a prisão, entre os quais o próprio Bolsonaro e militares que fizeram parte do seu governo. O historiador ressaltou, porém, que desta vez parece que o pedido não irá funcionar, tendo em vista se tratar de “algo inédito que se vislumbra no horizonte, que

é a punição de oficiais militares — além de lideranças civis, elites econômicas e os executores”. (Correio Braziliense - Política - 27/02/24)

8- Militares suspeitos de furtar armas do arsenal do Exército foram presos

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, dois militares que estariam envolvidos no furto de 21 armas do Arsenal de Guerra de São Paulo, em Barueri, tiveram a prisão decretada por meio da Justiça Militar. As identidades não foram reveladas, e os suspeitos seguem presos após audiência de custódia. Além disso, 38 militares receberam punições administrativas e o tenente-coronel do Exército Rivelino Barata de Sousa Batista, diretor do Arsenal, foi exonerado do cargo, que passou a ser ocupado pelo coronel Mário Victor Vargas Júnior. De acordo com investigações, o armamento seria negociado com facções criminosas. Ainda de acordo com *O Estado*, além de Rivelino Barata, estão envolvidos no furto os cabos Wagner da Silva Tandu e Felipe Ferreira Barbosa, e o primeiro-tenente Cristiano Ferreira, acusados de peculato-furto e inobservância da lei por tolerância e negligência. Por determinação da Justiça Militar, Tandu e Barbosa foram presos preventivamente por terem participado diretamente da ação. Segundo o jornal, os quatro civis envolvidos estão foragidos e ainda são investigados os detalhes de sua participação no furto. (*O Estado de S. Paulo* - Metrópole - 28/02/24; *O Estado de S. Paulo* - Metrópole - 29/02/24)

9- Jornais repercutiram críticas de entidades às declarações de Lula sobre golpe de 1964

Os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* noticiaram que mais de cem entidades ligadas à Coalização Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia repudiaram, em carta conjunta, a recusa do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em discutir o golpe militar de 1964, por não querer “remoer o passado”, como declarou a um canal televisivo. Traçando um paralelo com o ocorrido em 8 de janeiro de 2023, as entidades reforçaram que debater o tema é fundamental para punir e prevenir ataques à democracia, pois entendem que a impunidade histórica permite que as Forças Armadas e elites econômicas imponham à força seus projetos para o Brasil. O *Correio* reportou declarações de vítimas e parentes de vítimas da Ditadura Militar (1964 -1985), dentre eles o músico Leo Alves, neto de um desaparecido político do regime, para quem Lula “diminui a relevância histórica do que foi o golpe de 1964” e o filho do presidente deposto pelo golpe, João Vicente Goulart, que classificou a fala do presidente como “absurda”. A *Folha de S. Paulo* informou que, conforme prometido por Lula, as entidades também cobraram o restabelecimento da Comissão de Mortos e Desaparecidos, extinta no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). À *Folha*, o ex-coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Pedro Dallari, disse que o desejo do presidente de cultivar boas relações com as Forças Armadas não deve impedir as investigações sobre os desaparecimentos políticos do regime militar. (*Correio Braziliense* - Política - 29/02/24; *Folha de S. Paulo* - Política - 29/02/24)

10- PEC que visa barrar militares da ativa na política enfrenta resistência no Senado e nas Forças Armadas

Em reportagem, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que determina que militares candidatos às eleições no

Legislativo e no Executivo sejam encaminhados à reserva enfrenta resistência no Senado, em meio às investigações sobre a tentativa de golpe ocorrida em 8 de janeiro de 2023. O jornal relatou que o ex-vice-presidente de Jair Bolsonaro (2019-2022) e atual senador pelo estado do Rio Grande do Sul, general Hamilton Mourão, sugeriu que o Senado discuta sessões temáticas sobre a PEC, o que foi considerado pela reportagem como estratégia para postergar o seu andamento e engavetar a proposta. Em entrevista a *O Estado*, Mourão afirmou que a PEC é uma “afronta” por transformar os militares em “segunda categoria”, pensamento compartilhado entre alguns setores das Forças Armadas, que alegam que a proposta seria “discriminatória” por não barrar a candidatura política de policiais militares da ativa. Líderes do governo Lula no Senado buscam articular esforços entre os três comandantes das Forças Armadas para defender o avanço da PEC. Em entrevista ao periódico, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, disse entender que a PEC é “benéfica para todo mundo”, pois um militar que se candidata às eleições fica permanentemente “contaminado pelo proselitismo político”. Múcio concluiu asseverando que a proposta não tem o intuito de “beneficiar Lula”, tampouco de “prejudicar Bolsonaro”. *O Estado* ainda informou que deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) aceitaram a proposta de debate de Mourão, mas insistiram que, caso a PEC seja encaminhada à Câmara dos Deputados, serão feitas tentativas de emenda ao artigo 142 da Constituição a fim de acabar com as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e de evitar distorções do artigo que justifiquem pedidos de intervenção militar. (O Estado de S. Paulo - Política - 29/02/24)

11- Bolsonaro pediu anistia aos envolvidos no 8 de janeiro

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, em ato na Avenida Paulista no dia 25/02/2024, pediu que todos os envolvidos nos ataques às sedes dos Poderes em 8 de janeiro de 2023 fossem anistiados. O discurso teria reforçado as suspeitas da Polícia Federal (PF) sobre o planejamento da tentativa de golpe que, segundo Bolsonaro, não teria ocorrido por não ter havido “conspiração”, tampouco uso de “tanques” e “armas”, apesar da existência de uma minuta que visava impedir a posse de Lula em 2023. Em declaração à *Folha*, o advogado de Bolsonaro, Paulo Cunha Bueno, argumentou que o fato de a PF ter interpretado as declarações do ex-presidente como uma confissão sobre sua ciência da minuta do golpe evidencia a “fragilidade” de uma investigação “semi-secreta” e alegou que a minuta teria sido recebida por Bolsonaro em 2023, após sua saída do governo. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, avaliou que o pedido de anistia é injustificado, pois já foram aplicadas punições brandas aos envolvidos “de menor participação” no que considerou “a ameaça mais grave à democracia em todos esses anos pós-ditadura”. Quanto às declarações de Bolsonaro sobre a minuta do golpe, o ministro entendeu que o ex-presidente confessou saber sobre o documento, o que o tornou “um pretenso autor material da tentativa de golpe”. Apesar de julgar que o ato na Avenida Paulista tenha servido ao propósito de destacar a capacidade de mobilização popular do ex-presidente, o ministro garantiu que o evento não impacta as decisões do STF sobre os atentados de 8 de janeiro. (Folha de S. Paulo - Política - 29/02/24); *O Estado de S. Paulo - Política - 29/02/24*)

12- Partidos e organizações de esquerda planejam manifestações para o aniversário do golpe militar de 1964

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, partidos políticos e movimentos sociais de esquerda estão organizando manifestações para o mês de março com o lema "sem anistia para golpistas" e visando lembrar os 60 anos do golpe militar. Segundo a reportagem, houve uma discussão entre os grupos para que as manifestações pedissem pela prisão do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, por comandar a tentativa de golpe, mas o tema foi vetado com base no argumento de que o "direito de defesa e o devido processo legal têm que ser resguardados, assim como se reivindicava para Lula". (Folha de S. Paulo - Política - 01/03/24)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Ana Julia Ferreira dos Santos

Felipe Bechara Medeiros Giesteira

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza de Barros Costacurta

Mariana Terezinha Passos

Yasmin Duarte Resende

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho
Letícia Ramos da Rocha
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva
Vinícius de Albuquerque Damasceno